

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO****REDESENHO**
Prazo para
propostas termina
nesta semana*
Projeto História
discute latinidade

ASSEMBLÉIA

Funcionários aprovam adequação dos estatutos da AFAPUC

Em assembléia realizada na quinta-feira, 6/9, os funcionários da PUC-SP decidiram pela readequação dos estatutos de sua associação. A mudança é uma exigência legal pois o texto, que é de 1978, não estava de acordo com o novo Código de Processo Civil.

As mudanças são pontuais e contemplam aspectos como menção ao endereço da entidade (que não constava no antigo estatuto) ou a troca da palavra sócio pela designação associado, por exemplo. Mesmo em se tratando de pequenas alterações a legislação em vigor exige que o texto seja aprovado em assembléia.

Dessa maneira a AFAPUC cumpriu as exigências legais e estará enviando o novo texto para o registro, o que deverá ocorrer ainda este mês.

O presidente da AFAPUC, Francisco Cristóvão, informou ainda que, conforme decisão da assembléia anterior, foram encomendados aos advogados da categoria a elaboração de pareceres sobre os direitos que estão ameaçados pela direção da universidade. Entre estes direitos estão a portaria 24/69, as gratuidades e os chamados quinquênios. Assim que estes textos ficarem prontos será chamada uma nova assembléia.

Quanto às gratuidades os advogados desde já aconselham que os funcionários ou seus dependentes, prestem normalmente o concurso vestibular independente do número de bolsas já cursadas. No momento da aprovação, o funcionário deverá matricular-se enfatizando no documento de inscrição que se trata de bolsa dissídio.

NEGOCIAÇÃO

APROPUC e Fundação retomam discussão sobre atrasos salariais

Depois de insistentes pedidos da APROPUC através de cartas e telefonemas, a Fundação São Paulo reuniu-se com a diretoria da entidade para discutir os atrasos salariais dos docentes, referentes aos anos de 2004 e 2005.

A APROPUC insistiu na necessidade da apresentação de um cronograma por parte da Fundação São Paulo, mas o padre José Rodolfo Perazzollo solicitou à entidade um prazo de 15 dias. Ele alegou que o mês de julho foi atípico e ainda não havia uma avaliação do fluxo de caixa para o segundo semestre.

A dívida da PUC-SP com os professores atingiu, em abril deste ano, um valor de 290,04% dos salários docentes (tendo como referência o salário de maio de 2005). No orçamento do primeiro semestre, existia uma previsão contábil de R\$ 1,6 milhão para pagamento de parte do débito, que segundo a Reitoria atinge R\$ 23 milhões.

Uma nova reunião para tratar do assunto foi agendada para 18/9.

Gratuidade

Outro ponto de pauta foi a cláusula do Acordo Interno que trata das gratuidades a que têm direito os professores. A APROPUC insis-

tiu numa reunião conjunta com o Setor de Bolsas, uma vez que várias reclamações têm chegado à entidade sobre interpretações unilaterais daquele setor, com respeito à concessão do benefício aos docentes. O assunto será retomado numa reunião marcada para esta terça-feira, 11/9.

Plano de Saúde e Seguro

Vários professores têm se queixado sobre aumentos abusivos praticados pela Sul América Saúde. A APROPUC insistiu com o padre Rodolfo para que os gestores da universidade procurem estudar alternativas mais acessíveis aos docentes e funcionários da PUC-SP.

Também o Seguro de Vida em grupo foi discutido na reunião. Com a dispensa em massa ocorrida em 2005, ficou evidente que o seguro pago pelos trabalhadores da PUC-SP tinha sérios problemas, pois o professor não poderia continuar pagando a sua apólice quando demitido da instituição, nem retirar o dinheiro pago, pois o atual seguro não se constitui em título de capitalização. O assunto deverá ser novamente discutido pelas duas partes nas próximas reuniões.

Por uma reforma democrática e realista

No momento em que a PUC-SP vai consolidando – aos poucos – o debate sobre a reforma institucional, o chamado “redesenho” da estrutura da Universidade, é essencial que todos os segmentos e unidades sejam ouvidos e estimulados à participação sem restrições; que a comissão coordenadora do processo não aceite interlocutores privilegiados e exclusões impostas pela burocracia acadêmica, castas, grupos e seitas. A norma geral do redesenho deve ser a da transparência e da participação democrática ampla e irrestrita.

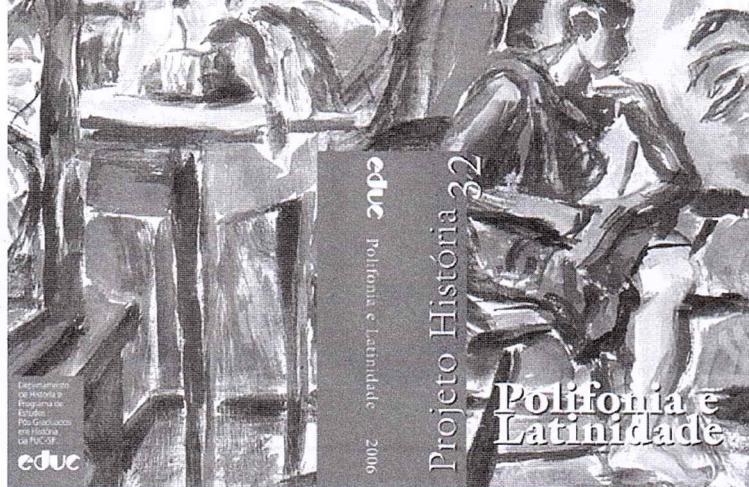
Parece óbvio, mas é sempre bom enfatizar que a reforma estrutural da Universidade precisa levar em conta a sua realidade, o diagnóstico mais preciso possível do que não está funcionando satisfatoriamente e o que mais atrapalha do que ajuda no desempenho acadêmico e administrativo da instituição. Nesse sentido é obrigatório que as propostas apresentadas correspondam diretamente aos problemas identificados. Não faz o menor sentido a criação de propostas mirabolantes e estratosféricas quando precisamos colocar o pé no chão e retomar as rédeas da Universidade no enfrentamento e resolução de problemas básicos e fundamentais.

A Universidade precisa ter muito claro que a reforma não pode dismantlar o que tem e existe de positivo; ao contrário, deve fazer de tudo para manter o que está bem resolvido nos aspectos acadêmicos, administrativos e financeiros. Deve melhorar e dar atenção especial para o que lhe garante efetivamente a sustentação financeira e a inserção na sociedade. Nesse sentido, precisa cuidar com carinho e promover o fortalecimento da graduação, de maneira que a sua expansão seja o elemento principal de reversão do quadro de crise que domina a Universidade há anos. A PUC-SP não pode mais perder alunos devido ao sucateamento das instalações e ao abandono de alguns cursos.

A grande ameaça a uma reestruturação que resgate a trajetória positiva da Universidade está na megalomania de grupos elitistas que se distanciaram dos problemas reais enfrentados por alunos, professores e funcionários; está na alucinação de grupos aventureiros, caolhos e piratas, que criaram inúmeros projetos fracassados, altamente deficitários e totalmente nebulosos na sua identidade acadêmica e profissional; e está também na ação nefasta e sorradeira de grupos medíocres que atuam nas sombras e nos escaninhos da burocracia movidos apenas por vantagens pessoais.

O que se espera é que o processo de debate seja realmente aberto, que as propostas – inscritas formalmente ou não – sejam examinadas no seu mérito, que todos possamos expor as idéias gerais e específicas para cada faculdade, cada curso e cada departamento. Que as razões e as justificativas de todos sejam pesadas e consideradas. Que o processo da reforma seja, sobretudo, um momento de auto-conhecimento e de articulação do resgate da PUC-SP.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*



PUBLICAÇÃO

Revista *Projeto História* retrata América Latina

Comemorando dez anos de circulação, a revista acadêmica *Projeto História* acaba de lançar seu 32.º número. A temática retoma a da edição anterior, *Américas* e contempla inquietações sobre aspectos da história latino-americana.

Intitulado *Polifonia e Latitudes*, o volume é dedicado ao “mundo polifônico da América Latina – multiverso reconhecido não apenas como organização sonora, mas como modos de ser, formas de manifestação cultural, artística, educacional, política, econômica e, portanto, de práticas sociais historicamente determinadas”, como descrito na apresentação dessa edição.

A revista, uma realização do Pós em História e do Departamento de História da PUC-SP, conta com artigos de Dário Borin Jr., Roberto López Sánchez, José Luís Fiori, Kátia Gerab Baggio, Eduardo Sheidt, Iraíde Freitas Barreiro, Júlio Pimentel Pinto, José D’Assunção Barros, Miriam Ward, Airtton José Cavenaghi e Gilberto Maringoni.

Como de costume, a revista *Projeto História* traz ainda notícias sobre pesquisas em andamento e apresenta textos que se destacam no mundo acadêmico, como um estudo sobre os conflitos sociais resultantes da “higienização” de Fortaleza, no século XIX.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio**

Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:**

www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Diversa

Reportagem:

Jaqueline Nikiforos

Fotografia: Fábio Nassif e Julia Chequer

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Pela abertura dos arquivos da ditadura!

Rosalina Santa Cruz

Sou professora da Faculdade de Serviço Social aqui na PUC-SP. Estive em Brasília com a minha mãe e meu irmão para o lançamento do documento oficial intitulado *O Direito à memória e à verdade*, primeiro texto oficial sobre os **Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar**.

A publicação, coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), tem uma importância política diferenciada das demais, pois se trata de um documento oficial do Estado Brasileiro que recupera a história de cerca de 450 militantes políticos, que durante o período de 1961 a 1988, foram mortos ou “desapareceram”, vítimas da ditadura militar no Brasil, como o meu irmão, Fernando Santa Cruz.

A cerimônia, realizada no Palácio do Planalto, contou com a presença de familiares de mortos e desaparecidos, representantes de entidades ligadas aos direitos humanos, de intelectuais, do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e de quase todos os ministros. Só não estiveram presentes os comandantes das forças armadas – exército, marinha e aeronáutica.

Minha mãe, de 94 anos, falou em nome de todas as mães e contou o quanto nossa família foi atingida pela repressão: eu, sua filha mais velha, presa, torturada durante um ano e três meses, seu outro filho, expulso da universidade pelo decreto 477 e, por fim, o seu filho Fernando, assassinado em 1974 e dado como desaparecido até hoje.

Todos os que estavam presentes na cerimônia de lançamento do livro-documento, estavam de acordo: o documento contribui para a consolidação do respeito aos direitos humanos no Brasil, e seu lançamento, na data que marca os 28 anos da publicação da Lei de Anistia, de 1979, sinaliza para a necessidade de abrir os arquivos da ditadura, **porque todo brasileiro tem direito à verdade dos fatos**. Todos os presentes que fizeram uso da palavra ressaltam este ponto.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dr. Marco Antônio Rodrigues Barbosa, afirmou que “nenhum espírito de revanchismo ou nostalgia do passado será capaz de mudar o sentimento nacional”. Assim como “o silêncio e a omissão funcionarão, na prática, como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta”, complementou o ministro Vannuchi.

Mais forte ainda foi a fala do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, dirigida diretamente aos militares ausentes da reunião: “Que as forças armadas brasileiras recebam este ato como absolutamente normal. Não há indivíduo que possa a isto resistir – o ministro fez uma alusão ao pedido da minha mãe para que o presidente abrisse os arquivos para que ela, antes de morrer, pudesse dar uma sepultura para o filho desaparecido em 1974, ou pelo menos conhecer as circunstâncias de seu assassinato. Acrescentou ainda o Ministro da Defesa, em tom contundente: “não haverá indivíduo que possa a isso reagir e, se houver, TERÁ RESPOSTA”.

Havia, durante toda a cerimô-

nia, um clima de tensão. As notícias posteriores veiculadas pela grande imprensa, principalmente a nota dos Comandantes no sábado, 1.º/9, deixaram claro o motivo deste clima: para as forças armadas, o governo não deve mexer nos crimes da ditadura militar, eles devem continuar como um segredo de Estado. A nota do comandante do Exército é duríssima e destaca três pontos:

1) Não permitiremos revisões na Lei da Anistia (o que significa que a Lei não será tocada de forma a possibilitar o julgamento dos militares);

2) As forças armadas brasileiras, como corporação, são as mesmas de Caxias;

3) Cada ato histórico tem interpretações diferentes.

Voltei de Brasília com a certeza de que a maioria do povo brasileiro não imagina como as forças armadas brasileiras reagiram à abertura dos arquivos da ditadura. A nota publicada na grande imprensa é de estarrecer. Fiquei chocada com como estes arquivos ainda podem causar uma crise de Estado. Indignada, com a constatação do que já presumíamos: nem tudo foi queimado; se levantam uma ossada virá tudo que está junto, a corrupção, a ingerência da CIA na repressão aos governos democráticos da América Latina, e muita podridão das “nossas não tão gloriosas forças armadas”.

Rosalina Santa Cruz é professora da Faculdade de Serviço Social



O que há de Novo na universidade?

CA Benevides Paixão

Enquanto a comunidade acadêmica tenta entender a reestruturação em curso na nossa universidade, o chamado redesenho institucional, os modestos prazos expiram e a mágica do fato consumado se realiza. É preciso compreender que esse processo não é espontâneo, como um “estalão” na cabeça dos dirigentes para solucionar os problemas da PUC.

O dito redesenho institucional está acontecendo em universidades do país inteiro, e tem nome: Projeto Universidade Nova, apresentado por Naomar Almeida, reitor da Universidade Federal da Bahia, e ciceroniado pelo governo federal. Na PUC não é diferente, o projeto é a referência de todo o debate acerca do redesenho.

Parabéns! Com um novo nome, nova forma, o velho modelo elitista para a educação superior é reapresentado, agora na versão século XXI, pois o mercado exige certas adequações.

Seguindo a linha do Banco Mundial*, o governo e seus aliados nas universidades públicas criam projetos que apontam para o fim da pesquisa de base no Brasil, limitando-nos à pesquisa aplicada, financiada e orientada pelas grandes empresas. A graduação, dentro dessa lógica, atende à demanda do mercado: preparar mão de obra para um contexto de “flexibilidade e instabilidade”, leia-se precariedade.

A Universidade Nova funciona da seguinte maneira, quatro cursos de graduação são criados: artes, humanidades, ciências e tecnologias. Esses cursos, chamados de “Bacharelados Interdisciplinares” (BI), duram três anos e utilizam métodos de educação à distância e salas superlotadas. Além de artifi-

cializar as relações universitárias, impossibilitam uma discussão entre alunos e professores, e tornam as aulas mecânicas e funcionais.

O decreto presidencial REUNI surge como complemento, o que acaba com qualquer dúvida sobre a relação do governo federal com o Universidade Nova. O REUNI utiliza o método de coerção para que as federais se comprometam a aumentar o número de matrículas cerca de 200%, sem a ampliação necessária de verbas, e aumentando a relação aluno/professor para 18 (§ 1º do art. 1º). A idéia de docentes com dedicação exclusiva, por exemplo, está ameaçada. Se esse é o caminho das federais, podemos esperar algo ainda mais nebuloso para as privadas, comunitárias e confessionais.

Assim, sob o slogan de que o acesso à universidade estaria aberto a uma maior parte da população, um curso intermediário é criado. A provação para esse “curso geral pós-ensino médio” é o obsoleto ENEM (1º vestibular). A qualidade de ensino de um BI é duvidosa, tendo como base os métodos utilizados nas aulas-conferências em aparelhos de DVD. É muito grave criar a ilusão da democratização da educação, apoiando-se em um teto de vidro.

Após passar três anos estudando, por correio, as áreas gerais, os alunos podem escolher entre três tipos de especialização: licenciatura (habilitação para lecionar), cursos profissionais (carreiras específicas) e pós-graduação (mestrado e doutorado). Porém, é nesse exato momento que a elite aplaude. Agora teremos um segundo vestibular, porém dentro da própria universidade.

Não são todos que cursarão essas etapas mais específicas, somente

os alunos mais “capacitados”. Para disputar as vagas de pós-graduação só os alunos com “excepcional talento e empenho”. A idéia de eficiência e meritocracia em uma instituição que se ajoelha para o mercado é perigosa e pressiona os alunos a uma limitadora competição pelas poucas vagas especializadas. Teremos a universidade de rico e a de pobre como nova roupagem da exclusão.

Sem muita vergonha na cara, os criadores do projeto fazem uma proposta para naturalizar de vez a retirada de direitos dos trabalhadores. Parabéns novamente. Acertaram no alvo: a educação. Acreditando que a universidade é apenas um degrau para o “mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade...”, o Universidade Nova pretende readequar a universidade a partir do novo perfil do mercado de trabalho, em pleno acordo com a reestruturação produtiva em curso, de enxugamento dos direitos trabalhistas e da estabilidade.

Nesse ponto, é importante a reflexão sobre qual é o papel da universidade. Todo conhecimento e sabedoria concebidos pela comunidade universitária devem ser em prol da sociedade em que ela está inserida. E definitivamente, criar profissionais sem o exercício da reflexão e da crítica, para serem explorados por um mercado de trabalho cada vez mais cruel e desumano não deveria ser a prioridade universitária.

* Documento “Banco Mundial e o Ensino Superior: Lições Derivadas da Experiência” (1994)

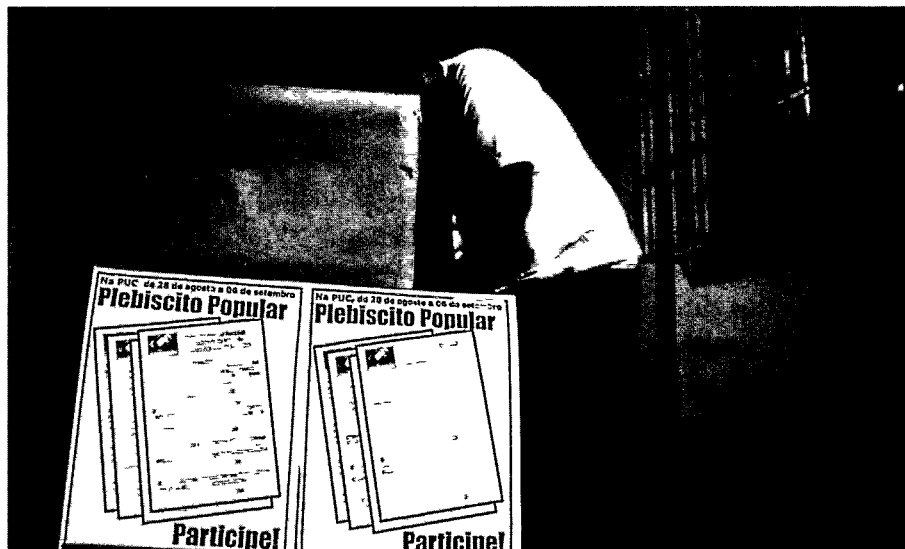


Plebiscito da Vale supera expectativas na PUC-SP

Entre os dias 27/8 e 6/9, a comunidade da PUC-SP mostrou que os traços de politização e resistência não se esvaíram por completo. O plebiscito popular sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce, realizado nacionalmente durante a Semana da Pátria, obteve boa participação no câmpus Monte Alegre.

Não se restringindo apenas ao caso da Vale, o plebiscito trazia também perguntas sobre o pagamento da dívida externa, as tarifas cobradas pela distribuição de energia elétrica, e quanto à reforma da previdência social, pautada pelo governo federal e pela mídia.

Os votos da PUC-SP ainda não foram contabilizados, mas



JULIA CHEQUER

Estudante vota numa das urnas do câmpus Monte Alegre

os organizadores – dentre eles os centros acadêmicos de Psicologia, Letras, Comunicação e Direito – estimam mais de mil votos. Segundo Bruno Machion, do centro acadêmico de Serviço Social, esse número supera as expectativas traçadas.

A apuração dos votos em cada município do país será finalizada até 12/9. Esses dados serão enviados para as organizações estaduais até o dia 15/9 que, em seguida, os enviará para a centralização nacional. A apuração deverá ser concluída em 20/9.

REDESENHO

Última semana para apresentação de propostas

Nesta sexta-feira, 14/9, termina o prazo estipulado pela Comissão de Redesenho Institucional (Cori) para a apresentação de propostas sobre o redesenho institucional da PUC-SP. As propostas serão sistematizadas pela Cori até 15/10, para posterior discussão no Consun.

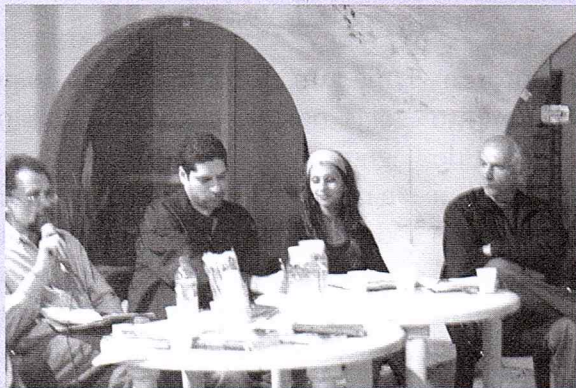
Até o fechamento desta edi-

ção, o *blog* do redesenho institucional (www.pucsp.br/redesenho) apresentava a proposta da Reitoria (que divide a universidade em sete institutos) entre várias outras parciais de unidades e professores isolados.

Muitas unidades discutiram, na semana passada, textos a serem encaminhados à Cori. Entre elas destacam-se o

Centro de Educação, a Psicologia, a Comfil e a Economia. A professora Mariângela Belfiore Wanderley, presidente da Cori, informou no evento organizado pela Faculdade de Psicologia que novos debates deverão acontecer neste semestre, procurando inclusive trazer a Reitoria para expor seus pontos de vista.

Rola na rampa



JULIA CHEQUER

Debate marca lançamento de *Lutas Sociais*

O debate "América Latina: Trabalhadores em Movimento", que ocorreu na sexta-feira, 31/08, no Museu da Cultura, lançou as edições 17 e 18 da revista *Lutas Sociais*. Nesta dupla edição, os colaboradores da revista constróem um dossiê sobre "Estado e trabalhador(a)s em perspectiva histórica". A revista e o debate foram organizadas pelo Núcleo de Ideologias e Lutas Sociais, ligado à Faculdade de Ciências Sociais. Na foto acima, da esquerda para a direita, os debatedores Igor Fuser, Alex Hilsenbeckm, Mariana Lopes e Lúcio Flávio R. Almeida

Canal Universitário apresenta *PUC ao Vivo*

Diariamente no Canal Universitário, a TV PUC vai exibir o programa *PUC ao Vivo*, cuja proposta é oferecer um enfoque crítico e inovador para os fatos do cotidiano. Para esta semana, já estão programados *O Desafio da Desigualdade*, com professor Ladislau Dowbor (segunda-feira, 10/9), apresentando formas de se combater a

desigualdade a partir de ações locais, e *A Reinvenção do Mundo*, em que a professora, filósofa e analista Dulce Critelli comenta as prerrogativas éticas por trás das opções que tomamos em nosso dia-a-dia. O programa vai ao ar pelo Canal Universitário (canal 11 do sistema NET e 71 na TVA), às 20h30, com reprise às 24h.

Debate com o cineasta Andrea Tonacci

O pós em Ciências Sociais e o Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP realizam no dia 13/9 o evento *Serras da desordem: imagens de pensamento em Andrea Tonacci*. O encontro será no auditório superior do Tuca e contará

com a exibição do filme *Serras da Desordem*, às 18h50. Após o filme, haverá um debate com o cineasta Andrea Tonacci falando sobre direção e roteiro, e com Cristina Amaral falando sobre montagem, às 21h15.

30 anos de invasão da PUC-SP

No próximo dia 22/9 a universidade relembra os 30 anos da invasão criminosa das tropas do então secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias. Na operação, centenas de estudantes e professores foram presos. Vários eventos estão em preparação para discutir o acontecimento, entre eles um grande ato organizado pelo Núcleo de Estudos de História Social (NEHSC),

com a participação de professores da universidade. A Assessoria de Comunicação Institucional também realizará um debate sobre a cobertura da mídia à invasão. Estão confirmadas as presenças do jornalista Fausto Macedo, que cobriu a prisão dos estudantes no Batalhão Tobias de Aguiar, e do jornalista Helio Campos Melo, que fotografou toda a movimentação daquele 22 de setembro.

Confira a programação da Videoteca

Duas mostras tomam conta da programação da Videoteca durante esta semana. No dia 10/9, *Panorama do cinema paulista: São Paulo no cinema*, serão exibidos filmes produzidos em diferentes épocas na cidade de São Paulo. No dia 11/9, a mostra *Profissão: fotógrafo* apresenta filmes cuja trama tem o fotógrafo como personagem ou que merecem destaque pela excelência do trabalho fotográfico. Além disso, em parceria com o projeto *Cinema BR em movimento*, serão exibidos nos dias 12/9 e 13/9, às 19h, os filmes *O cárcere e a rua* e *Crime Delicado*, respectivamente.

Publicidade realiza semana de atividades

De 10 a 12/9, o curso de Publicidade da PUC-SP realiza sua Semana de Publicidade. O evento será no Tucarena e terá oficinas e debates abordando áreas de atuação do publicitário. Os debates contarão com presenças importantes, como a do professor Chico Homem de Melo, da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura da USP, que falará sobre *Design gráfico brasileiro – anos 60*, no dia 10/9, às 19h. Paralelamente, uma exposição de trabalhos realizados pelos alunos do curso ocupará o saguão da Biblioteca até o dia 14/5. A programação completa pode ser conferida no site da PUC-SP.